

Eleições gerais em 2022



Luis Cesar Bueno

Professor, diretor Parlamentar da Assembleia Legislativa de Goiás, ex-deputado Estadual (2003–2019) e ex-vereador de Goiânia (1997–2003)

A história das civilizações registra transformações significativas após a eclosão de guerras, revoluções, crises e pandemias. Estas mudanças melhoraram a vida das pessoas rumo a uma sociedade mais fraterna e desenvolvida. Como também retrocedeu a longos períodos de convulsão social. Concluindo esta linha de raciocínio, o mundo não será mais o mesmo após a crise sanitária que estamos vivendo com o coronavírus. O que devemos indagar é: para onde caminharemos?

O Brasil vive hoje o período mais longo de estabilização do Estado Democrático de Direito no período republicano. Nossa Constituição continua resistindo aos ataques daqueles que não conseguem conviver com a democracia. Neste sentido, temos que rever o sistema eleitoral, responsável pela condução dos integrantes dos poderes Executivo e Legislativo.

Tanto os eleitores quanto os partidos políticos reclamam constantemente da existência de duas eleições em um prazo curto de

políticas para a disputa do poder isto não foi possível. Agora é diferente! O Brasil e o mundo vivem uma guerra contra a morte das pessoas. É uma luta global que está atingindo o Brasil de forma apavorante. E o que é pior, médicos, técnicos e cientistas não conseguem precisar o fim. A tendência é aumentar o número de vítimas mês a mês.

Alguns analistas já anteciparam que 2020 será um ano perdido. Os orçamentos públicos já foram para o espaço junto com o crescimento do PIB. O Congresso Nacional e o STF já consideram a possibilidade de adiar as eleições municipais. Como cumprir um calendário eleitoral com um cenário destes?

Neste sentido, com o objetivo de enfrentar a pandemia preservando a democracia, a estabilidade política e a geração de emprego e renda, propomos o debate sobre as eleições gerais em 2022 de vereador a senador e prefeito a presidente da República, com mandatos de cinco anos sem possibilidade de reeleição para os cargos executivos.